UM RECORTE SOBRE A GEOGRAFIA DA RELIGIÃO E A INVISIBILIDADE DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NA PAISAGEM

A GEOGRAPHY OF RELIGION AND THE INVISIBILITY OF AFRICAN MATRIX RELIGIONS IN THE LANDSCAPE PROFILE

UN CORTE SOBRE LA GEOGRAFÍA DE LA RELIGIÓN Y LA INVISIBILIDAD DE LAS RELIGIONES DE LA MATRIZ AFRICANA EN EL PAISAJE

LUARA MARTINS DE OLIVA SANTOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES)

E-MAIL : LUARAMARTINSOLIVA@GMAIL.COM

RIK FERREIRA ALVES

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES)

E-MAIL :

rikferreiraalves@gmail.com;

Resumo: Ao estudar a epistemologia da Geografia é possível identificar que o tema da religião nos estudos geográficos foi de certo modo negligenciado, o que se relaciona à não valorização da subjetividade, das percepções do homem por parte de algumas correntes identificadas nesse percurso. Nessa perspectiva, a partir de uma revisão bibliográfica é discutida neste texto a trajetória da Geografia da Religião e a invisibilidade das religiões de matriz africana na paisagem evidenciando que mais estudos com essa temática devem ser produzidos e debatidos para que a população respeite e reconheça tais religiões enquanto manifestação cultural e, assim como as religiões hegemônicas, possam utilizar seus símbolos e deixarem suas marcas na paisagem.

Palavras-chave: geografia, religião, paisagem, invisibilidade.

Abstract: When studying the epistemology of Geography, it is possible to identify that the theme of religion in geographic studies was somewhat neglected, which is related to the lack of appreciation of subjectivity, of the perceptions of man by some currents identified in this path. In this perspective, based on a bibliographic review, the trajectory of the Geography of Religion and the invisibility of religions of African origin in the landscape are discussed in this text, showing that more studies with this theme must be produced and debated so that the population respects and recognizes such religions as a cultural manifestation, and, like the hegemonic religions, can use their symbols and leave their marks on the landscape.

Keywords: geography, religion, landscape, invisibility.

Resumen: Al estudiar la epistemología de la Geografía, es posible identificar que el tema de la religión en los estudios geográficos fue algo descuidado, lo cual se relaciona con la falta de apreciación de la subjetividad, de las percepciones del hombre por algunas corrientes identificadas en este camino. En esta perspectiva, a partir de una revisión bibliográfica, se discute en este texto[1] la trayectoria de la Geografía de la Religión y la invisibilidad de las religiones de origen africano en el paisaje, mostrando que se deben producir y debatir más estudios con esta temática para que la población respete y reconozca tales religiones como manifestación cultural y, al igual que las religiones hegemónicas, pueden utilizar sus símbolos y dejar sus huellas en el paisaje.

Palabras-clave: geografía, religión, paisaje, invisibilidad.

Introdução

[1] Artigo orientado pelo Prof. Dr. Ricardo Henrique Palhares (UNIMONTES) e realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Os estudos geográficos envolvendo a temática da religião têm ganhado espaço Brasil e, pode-se apontar que na Geografia Humanista, matriz que se volta para as experiências vividas pelos indivíduos, para o subjetivo, é um assunto que tem sido amplamente discutido, principalmente por núcleos de estudos de universidades brasileiras que têm apresentado abordagens como a representação da religião na paisagem e a análise do caráter fenomenológico das manifestações religiosas no espaço urbano, como o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura (NEPEC) e o Núcleo Paranaense de Pesquisa em Religião (NUPPER).

De acordo com Pereira (2013), a partir da Modernidade, fundamentalmente no século XX, que a religião enquanto temática começou a apresentar maior coerência acadêmico-científica, se consolidou como campo de pesquisa na Geografia, no entanto, antes desse período é possível identificar estudos geográficos que já abordavam a dimensão religiosa, como trabalhos desenvolvidos por pensadores gregos na Antiguidade, na geografia árabe e muçulmana no primeiro milênio da era cristã e com teólogos no fim do período medieval.

Ao analisar a história do pensamento geográfico nota-se que o tema da religião foi de certo modo negligenciado e, segundo Santos (2002), a Geografia Tradicional sob influência do positivismo geográfico foi, em partes, responsável pelo desinteresse da maioria dos geógrafos em analisar a questão religiosa, enquanto a Geografia Marxista não considerou a dimensão geográfica das religiões no espaço social. Nessa perspectiva, tanto a Geografia Tradicional quanto a Geografia Marxista não valorizaram em suas análises a

percepção do homem acerca do mundo, a subjetividade não foi central nos estudos realizados por essas correntes da geografia.

De acordo com Rosendahl (2012), as análises desenvolvidas por geógrafos nos séculos XVIII e XIX ligadas à religião se concentravam na geografia histórica dos tempos bíblicos, e na primeira metade do século XX as obras dedicadas à geografia e à religião foram responsáveis por fornecer o caminho inicial dos estudos teóricos de religião entre os geógrafos. Conforme Santos (2002) no período pós-guerra que deu-se o interesse de alguns geógrafos em analisar a religião no espaço social, destacando-se as contribuições de autores como Pierre Deffontaines, Maximilien Sorre, Claude Raffestin, Paul Claval e M. Buttner. O protagonismo dos geógrafos franceses na temática da religião deve ser ressaltado, principalmente em razão da tradição que davam aos estudos religiosos em suas abordagens regionais (ROSENDAHL, 2003).

De acordo com Santos (2002), no Brasil o primeiro estudo geográfico sobre religião foi realizado na década de 1970, em São Paulo, pela geógrafa Maria Cecília França, trabalho que culminou em sua tese de doutorado em geografia pela USP em 1972 e foi intitulado como "Pequenos Centros Paulistas de Função Religiosa". Em sua tese, a Maria Cecília França analisou a organização do espaço a partir dos fluxos de peregrinação de fiéis em quatro centros paulistas: Iguape, Tremembé, Perdões e Pirapora, com uma abordagem geográfica que se insere no pensamento da Geografia Tradicional. O autor ressalta, entretanto, que foi a partir da década de 1990 que o tema da religião de fato atraiu o interesse de geógrafos brasileiros, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, com expoentes como Gualberto Gouveia e Zeny Rosendahl realizando

estudos voltados para a análise geográfica de grupos religiosos hegemônicos, grupos de base cristã.

Conforme aponta Bonifácio (2017), os espaços urbanos das cidades brasileiras são compostos por diversas territorialidades que se distinguem segundo a história e trajetória dos grupos sociais que as constitui. Nesse contexto, diversas paisagens com símbolos e significados se encontram na configuração desses espaços e, dentre os sujeitos que promovem transformações no urbano e que estruturam essas paisagens a partir de suas lógicas e interesses, estão inseridos os grupos religiosos.

Cada religião se apropria e interage com o espaço a seu modo, com representações nas paisagens que se ligam a sua trajetória histórica na sociedade. Assim, as religiões cristãs enquanto dominantes, apresentam maior visibilidade no espaço urbano com suas catedrais, templos, ao passo que as religiões de matriz africana se encontram ocultas ou discretamente inseridas nas paisagens urbanas (BONIFÁCIO, 2017). Nessa perspectiva, mediante levantamento e revisão bibliográfica, esse trabalho buscou abordar a trajetória dos estudos sobre geografia e religião até chegar no Brasil evidenciando a invisibilidade das religiões de matriz africana nas paisagens urbanas e a necessidade de mais estudos que tratem sobre essa temática que é fundamental para entender a própria formação do Brasil.

Procedimentos metodológicos

O tipo de pesquisa aplicado a este trabalho é bibliográfico e nessa perspectiva, para o seu desenvolvimento foram utilizados materiais publicados em livros e artigos produzidos por

pesquisadores da área de Geografia da Religião, como a Zeny Rosendahl que realizou estudos preponderantes na compreensão acerca de como a religião pode ser identificada no espaço urbano, pode ser percebida na paisagem e as primeiras análises concatenando a geografia e a religião no Brasil. Além disso, foram analisados bibliografias pertinentes à invisibilidade das religiões de matriz africana na paisagem e acerca do racismo religioso direcionados aos adeptos dessas religiões.

A pesquisa bibliográfica, conforme aponta Gil (2008), é uma exploração realizada a partir de material já elaborado, formado essencialmente por livros e artigos científicos e faz uso, fundamentalmente, das contribuições de diversos autores acerca de um determinado assunto. Nesse tipo de pesquisa a primeira etapa do processo de desenvolvimento consiste na formulação de um problema a ser analisado e que esteja ligado a um assunto de interesse do pesquisador, a um tema que seja relevante para quem irá realizar a investigação. Na segunda etapa é elaborada a ordenação de seções correspondentes ao desenvolvimento que se pretende dar à pesquisa, de acordo com o objetivo que se quer alcançar. O próximo passo consiste em identificar as fontes necessárias para embasar o trabalho, buscando-as em bibliotecas, em sites na internet como portais de periódicos e acervos digitais de universidades.

Com o material em mãos, passa-se à fase de leitura procurando identificar as informações importantes e relacioná-las ao problema elencado. A princípio, uma leitura exploratória de todo o material para verificar o que pode ser utilizado, seguida pela leitura seletiva para averiguar o que será significativo para se aplicar à pesquisa. Na leitura analítica é feita a delimitação das ideias

centrais do texto, a ordenação e síntese dessas informações e por fim realiza-se a leitura interpretativa na qual busca-se associar o conteúdo das fontes consultadas a outros conhecimentos. Deve-se ressaltar que o conteúdo selecionado a partir das leituras feitas deve ser anotado e organizado, preferencialmente, em fichas visando facilitar a construção das seções que vão compor a pesquisa. A última fase consiste na redação do texto, etapa na qual se expressa o raciocínio desenvolvido no trabalho (GIL, 2008).

Panorama acerca da Geografia da Religião

A Geografia da Religião deve ser interpretada como a análise de uma ação exercida pelo impulso religioso do homem sobre o seu ambiente transformando-o, qualificando-o com formas espaciais segundo as suas necessidades. O homem age sobre o espaço lhe atribuindo significações e a manifestação do sagrado nesse espaço que é responsável por possibilitar a abordagem da religião nos estudos geográficos (ROSENDAHL, 2012).

O espaço geográfico é construído e transformado pelo homem a partir de diversas finalidades. Os múltiplos espaços constituídos pelo trabalho humano são marcados pelas funções a eles pertinentes, funções que remetem às dimensões da vida humana como educação, lazer, religião. Nessa perspectiva, na totalidade do espaço geográfico diversos espaços sociais estão relacionados, como o espaço da rua e o espaço da religião; a religião possui dimensão geográfica e por isso deve ser considerada e, dessa forma, averiguar o espaço da religião enquanto integrante do espaço social consiste numa questão a ser investigada pela Geografia (SANTOS, 2002).

Ao observar a história do pensamento geográfico desde a institucionalização da Geografia enquanto ciência no século XVIII até os estudos da Geografia Teorético-Quantitativa, geografia crítica e a nova geografia cultural nos anos 1980, a geografia da religião foi de certo modo negligenciada (FRANGELLI, 2012). A autora enfatiza que três possibilidades devem ser consideradas ao pensar no motivo desse desinteresse dos geógrafos pelos assuntos religiosos: a precária interdisciplinaridade entre a geografia e as outras ciências sociais que incluem essa temática em suas reflexões, a geografia se circunscrever a ela mesma, se fechar em si mesma e a terceira especulação é a de que o tema da religião teve dificuldades no seu processo de difusão no interior da disciplina e, à vista disso, a princípio viu a necessidade de se afirmar internamente para depois se voltar para os debates interdisciplinares.

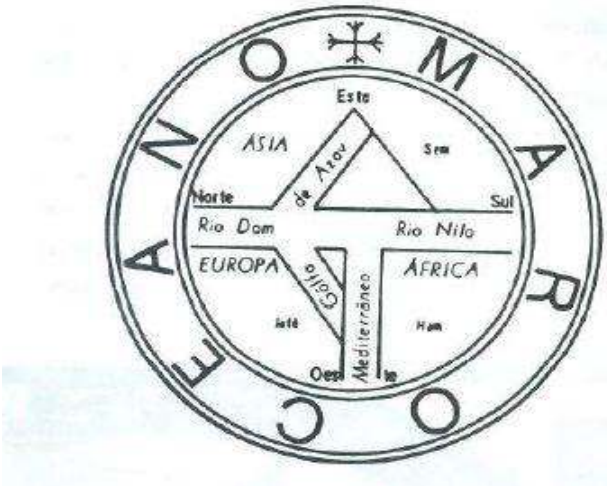
A geografia mencionava a religião em suas descrições mas sem considerar a convicção das pessoas, se voltava unicamente para os símbolos inscritos na paisagem pela fé, "a dimensão religiosa era abordada apenas de passagem, nas análises regionais" (CLAVAL, 1999, p.37). Nesse contexto, representações que pareciam não pertencer ao domínio dos geógrafos eram evitadas nos estudos geográficos. Claval (1999) sinaliza que as abordagens hodiernas são diferentes pois englobam o universo mental dos grupos que são analisados e as bases e manifestações materiais de suas atividades.

Na Antiguidade Clássica geógrafos da Grécia Antiga já representavam em seus modelos cosmológicos, em seus mapas a sua visão de mundo que era fundamentada na religião. No entanto, essa geografia que buscou incorporar as ideias religiosas ainda não havia se constituído numa geografia da religião (PEREIRA, 2013).

Na Idade Média, principalmente pela atuação da Igreja Católica por meio da religião cristã, a geografia e a religião tiveram uma aproximação notável e os estudos, por serem realizados por teólogos, apresentavam análises religiosas. O enfoque das análises não era o próprio espaço geográfico, mas a descrição da trajetória da história cristã (OLIVEIRA, 2019).

Como evidência da geografia desenvolvida na Idade Média têm-se os mapas T/O que pretendiam esquematizar como era a Terra. De acordo com Barata (1997), a água formando um T dentro do O delimitava os três continentes habitados pelos filhos de Noé, Sem, Cam e Jafé, e no centro desse mapa estava situada a cidade de Jerusalém que era concomitantemente centro geográfico e centro cósmico, como é possível identificar na Figura 1.

Figura 1: Exemplo de mapa T/O produzido na Idade Média



Fonte: BARATA, 1997, p. 19.

No início da Idade Moderna despontou uma nova visão de geografia, a Geografia Eclesiástica, que se dedicava principalmente

ao mapeamento do espaço cristão, objetivando a sua organização e o entendimento de como estava ocorrendo a ação e influência de outras religiões, uma nova prática da geografia que se deu após a Reforma e a Contrarreforma juntamente com o início das conquistas das grandes navegações (OLIVEIRA, 2019). Por mais que a Geografia Eclesiástica focasse na dinâmica espacial das religiões no mundo, seus principais interesses estavam ligados à religião cristã.

Souza (2010) evidencia que ainda no século XVII, ao mesmo tempo em que se desenvolvia uma Geografia Eclesiástica, os geógrafos passaram a realizar estudos a fim de localizar e representar os locais mencionados pela Bíblia, o que denominou-se Geografia Bíblica que se estendeu até o início do século XX.

No decorrer dos descobrimentos das grandes viagens fortaleceu-se uma tendência que ficou conhecida como Escola Físico-Teológica ou Geografia Físico-Teológica na qual a explicação para os fenômenos que ocorriam no ambiente estava diretamente ligada à religião, corrente de pensamento já presente na Antiguidade e na Idade Média (PEREIRA, 2013).

Simultaneamente à Escola Físico-Teológica, surgiu o proto-determinismo geográfico, cuja ideia central era a de que o ambiente tinha a capacidade de determinar algumas religiões e essa linha de pensamento que culminou posteriormente no determinismo geográfico. Deve-se ressaltar que, ainda antes da geografia se consagrar enquanto uma ciência moderna, o Iluminismo foi um movimento que contribuiu para o seu rompimento com a teologia e, por mais que nos primórdios da modernidade se identificasse algumas referências à religião, a Geografia da Religião ainda não tinha se constituído enquanto disciplina (PEREIRA, 2013).

No processo de renovação do pensamento geográfico, movimento calcado no materialismo histórico-dialético de Marx, também não foi dado destaque à temática da religião, valorizou-se os fenômenos socioeconômicos, as desigualdades sociais. Desse movimento de renovação surgiu a Geografia Crítica que de acordo com Souza (2010, p.71), "não conseguiu ensejar grande interesse nos geógrafos para que estudassem as dimensões geográficas da religião". Sobre a influência do marxismo, os geógrafos críticos focaram principalmente nas contradições oriundas do modo de produção capitalista e assim, negligenciaram a religião.

Com o despontar da Geografia Cultural-Humanista na segunda metade do século XX, a partir da virada cultural na Geografia, a religião, assim como outros temas, passou a ser estudada de modo mais estruturado nesse campo científico. Com a renovação da Geografia Cultural, a religião, com seus aspectos simbólicos, se integrou de forma mais intensa às atividades culturais determinadas pelos geógrafos e assim, além das materializações espaciais da religião, esses estudos passaram a abarcar a percepção do homem com relação a esses espaços (SOUZA, 2010).

Geografia da Religião no Brasil

A religião pode ser interpretada como um fato social e nessa perspectiva, está inscrita no tempo e no espaço sendo assim, um objeto de estudo da geografia. Entretanto, ao analisar a trajetória do pensamento geográfico percebe-se que o interesse do geógrafo pela religião é menor do que o apresentado por outros campos de conhecimento e que os estudos que discutem sobre a geografia da

religião são recentes, indicando que há muito a ser feito para contribuir com esse tema (ROSENDAHL, 2018).

Os estudos que abordam a religião na geografia brasileira podem ser organizados em dois blocos: trabalhos realizados antes de 1990, com reflexões que abarcam os efeitos da religião sobre a paisagem, e aqueles desenvolvidos após 1990, com análises sobre a natureza da experiência religiosa e as formas que adquirem no espaço. No primeiro grupo há trabalhos direcionados para as estruturas espaciais da religião, a dicotomia sagrado-profano, análises sobre cidades-santuário e dispersão espacial de hierofanias (manifestação do sagrado no espaço). Já no segundo grupo, o objetivo é a compreensão das manifestações religiosas a partir do caráter fenomenológico e das estruturas estruturadas da religião (FRANGELLI, 2012; ROSENDAHL, 1995, 2003).

No Brasil, as primeiras discussões sobre Geografia e Religião podem ser identificadas em trabalhos das geógrafas culturais Maria Cecília França, com sua tese de doutorado sobre cidades de função religiosa publicada em 1972, e Zeny Rosendahl com sua tese iniciada em 1989 e defendida em 1994 cujo tema é um centro de peregrinação localizado em Itaboraí no Rio de Janeiro, Porto das Caixas (ROSENDAHL, 2018).

Por volta de 1993, juntamente com Roberto Lobato Corrêa, outro pioneiro da Geografia Cultural no Brasil, Rosendahl fundou o NEPEC, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) a fim de enaltecer a dimensão espacial da cultura nos estudos geográficos, um grupo que desde o seu início promoveu debates, cursos e publicações voltadas para o espaço, religião e a cultura. Cerca de dez anos após a

criação do NEPEC, em 2003, um outro núcleo de pesquisas foi criado, o Núcleo Paranaense de Pesquisa em Religião (NUPPER) tendo por coordenador o geógrafo Sylvio Fausto Gil Filho da Universidade Federal do Paraná (UFPR) com a finalidade de analisar o fenômeno religioso em conformação com outras ciências humanas (FRANGELLI, 2012).

Frangelli (op. cit.) menciona que em 2004 foi criada uma rede de pesquisas denominada Núcleo de Estudos em Espaço e Representação (NEER) cujo propósito se volta para o aprofundamento e ampliação da abordagem cultural na geografia quanto aos aspectos do espaço e da representação e, nesse quadro, a geografia da religião se mostrou como um tema consolidado dentre os demais.

Ao organizar o panorama acerca dos primórdios da Geografia da Religião no Brasil nota-se que o surgimento deste subcampo coincide com o início da geografia cultural aqui no país tendo como pioneiros, intelectuais que ao mesmo tempo em que contribuíram para a consolidação desse campo de estudos no país, se voltaram para a construção do subcampo supracitado. A multiplicidade dos debates promovidos pelos núcleos de estudos sobre geografia e religião no Brasil, as diferentes análises desenvolvidas sobre o fenômeno religioso no espaço, revelam a importância da Geografia da Religião enquanto vertente da Geografia e a necessidade de se efetuar mais pesquisas voltadas para esse assunto, temática que por muito tempo foi ignorada pelos geógrafos.

Paisagem e religião

A interação do ser humano com o espaço ocasiona constantes transformações na paisagem, tanto na materialidade das coisas que os seres humanos constroem e organizam, quanto no plano da imaterialidade, dos sentidos e significados conferidos aos elementos constituintes da paisagem. Dessa forma, a paisagem está repleta de símbolos, que se baseiam nas experiências e interpretações de mundo feita pelos indivíduos que com ela interagem (TORRES, 2013).

Conforme aponta Rosendahl (2012), com a renovação da geografia cultural após 1970, a preocupação dos geógrafos desse campo cresceu no que tange à identidade cultural, ao simbolismo das coisas e dos objetos na paisagem. Nesse sentido, os geógrafos passaram a analisar o modo como os grupos sociais criam paisagens e concomitantemente têm a sua identidade cultural reforçada por essa paisagem, as características materiais e imateriais da cultura passaram a ser consideradas.

Entendendo a religião como um elemento integrante da cultura de um povo, na paisagem também são refletidos os valores da religião desenvolvida pelos grupos sociais. As práticas religiosas conferem à paisagem traços que estão intrinsicamente ligados aos aspectos culturais de uma comunidade, de forma que o espaço pode ser percebido conforme os valores simbólicos que ali estão representados, o que significa que a partir da cultura, a religião imprime uma marca na paisagem. Nessa perspectiva, ao analisar uma comunidade e sua identidade religiosa, a paisagem religiosa é preponderante por ser uma manifestação da espacialidade do sagrado (ROSENDAHL, 2003).

As paisagens religiosas se apresentam como expressões imediatas das religiões e dispõem de elementos que são testemunhos

das práticas religiosas. Dentre os elementos relevantes na paisagem religiosa podem ser citados os templos, os locais de culto, locais de peregrinação e as festas religiosas. A religião seria um aspecto cultural que se desenvolve em uma determinada área e transforma a paisagem e os templos podem ser entendidos como o principal exemplo dessa transformação (GIL FILHO, 2009; OLIVEIRA, 2012).

O templo enquanto elemento característico da paisagem religiosa possibilita identificar qual grupo religioso se insere num determinado espaço, é uma expressão da religião de uma comunidade. Entretanto, a materialidade e a arquitetura do templo seriam formas vazias se não houvesse a vida da comunidade de adeptos que o anima. Nesse sentido, a paisagem religiosa é uma projeção da ação humana que pode ser criada e transformada ocasionando renovadas impressões e representações evidenciando a prática religiosa do ser humano, está diretamente relacionada aos fenômenos religiosos desenvolvidos no espaço, à fé e às crenças dos indivíduos (GIL FILHO, 2009).

A formação religiosa do Brasil e a invisibilidade das religiões de matriz africana na paisagem

As religiões são integrantes da cultura humana e, dessa forma, cada religião apresenta suas peculiaridades por se referir às diferentes crenças, expressar diferentes linguagens e formas diversas de representar o fenômeno religioso vivenciado pelos indivíduos de cada cultura. Nesse contexto, no Brasil é possível identificar várias religiões que são resultado da diversidade cultural presente no país (KADLUBITSKI; JUNQUEIRA, 2010).

Para entender a diversidade de religiões na sociedade brasileira é necessário compreender a formação religiosa do Brasil. Santos (2002) aponta que o Brasil já nasceu como um país católico devido à influência que a Igreja Católica exerceu no poder da monarquia portuguesa. A partir da Companhia de Jesus, ordem religiosa pertencente à Igreja Católica, no período da colonização o catolicismo chegou ao território brasileiro com a missão de catequizar os indígenas que aqui habitavam. Os Jesuítas tinham a missão de converter índios e fixaram-se em povoados e cidades a fim de dissipar a fé cristã (COSTA, 2001).

Ao abordar a religião aqui no Brasil, Gilberto Freyre a aponta como um híbrido derivado de um processo histórico de interações entre povos e culturas, a cultura do português, do índio e do negro (FREYRE, 2003).

O candomblé é uma religião que se formou no Brasil como resultado da preservação dos cultos ancestrais aos Orixás dos distintos povos africanos traficados e escravizados no Brasil e, de acordo com a composição majoritária de cada grupo, os candomblés se diferenciam em nações, como Candomblés de nações Ketu, Candomblés de Angola e Jeje (SANTOS, 2010 apud GÓIS, 2013).

O judaísmo também pode ser identificado no início da formação religiosa do Brasil. Devido à introdução da Inquisição em Portugal por volta do ano 1531, os judeus que lá viviam tiveram que mudar para outros continentes e países, como por exemplo a América, chegando às terras brasileiras (SANTOS, 2002).

Ainda conforme Santos (2002), o espiritismo sistematizado por Allan Kardec na França em 1857 chegou ao Brasil em 1860 através de um grupo de franceses e difundiu-se enquanto doutrina

espírita a partir das cidades de Salvador e Rio de Janeiro que, na época, era a capital do país. Já no século XIX, o protestantismo tradicional representado, dentre outros, por luteranos, metodistas e presbiterianos teve sua inserção no Brasil. Na primeira década do século XX o pentecostalismo norte-americano chegou no território brasileiro e, nos anos 1910 e 1911, organizou-se enquanto Congregação Cristã no Brasil e Assembleia de Deus.

A anunciação da prática umbandista considerada por muitos como o nascimento da Umbanda no Brasil deu-se na primeira década do século XX. No dia 15 de novembro de 1908 Zélio Fernandino de Moraes incorporou um espírito que se diferenciava daqueles que se manifestavam em reuniões Kardecistas, espírito que passou a ser conhecido como Caboclo das Sete Encruzilhadas e que anunciou que a partir do dia 16 de novembro, na casa desse jovem seria fundada uma nova religião que aceitaria as enunciações de pretos e índios. Assim, no dia 16 de novembro, o espírito Caboclo das Sete Encruzilhadas manifestou-se novamente, ditou o nome da religião e instituiu os fundamentos teológicos, ritualísticos e doutrinários da Umbanda, além de dar nome ao local onde ocorreriam as sessões: Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade situada na Rua Floriano Peixoto, número 30, em São Gonçalo, Rio de Janeiro (GONÇALVES; OLIVEIRA, 2019).

A diversidade cultural e, consequentemente, a pluralidade religiosa são elementos que marcam o Brasil desde os primórdios da sua formação enquanto país. No entanto, juntamente com essa multiplicidade de religiões, o racismo religioso esteve presente desde a época da colonização e a imposição do catolicismo por parte dos portugueses aos demais povos aqui presentes (índios e negros vindos

da África) é um forte exemplo disso. Esse racismo religioso gera preconceito e discriminação com relação aos adeptos de outras religiões, como as religiões de matrizes africanas, Umbanda e os diversos tipos de Candomblé.

A destruição de terreiros, a discriminação direcionada aos adeptos de religiões afro-brasileiras se apresentam como um complexo de violências integradas que se configuram como racismo religioso. Os terreiros se inscrevem como tempo/espaços que remontam existências perseguidas desde o período colonial. Nesse contexto, por um viés epistemológico, político e pedagógico, os terreiros também concernem saberes, identidades e se apresentam como locais de resistência frente a perseguição sofrida desde o período de formação do território brasileiro (RUFINO; MIRANDA, 2019)

Segundo Bonifácio (2017), as religiões de matriz africana, desde o período colonial, estiveram à margem da sociedade. Foi negado aos negros o direito de expressar suas práticas culturais, o que fomentou a perseguição e discriminação às culturas de origem africana e os compeliu a camuflar e ocultar as suas expressividades religiosas e culturais.

Acerca da subalternização da cultura africana no Brasil, Nogueira (2020) menciona que essa culmina em epistemicídio e apagamento daquilo que a hegemonia não suporta ver vivo, humano e verdadeiro e, que na raiz da negação de conhecimentos, saberes e culturas não assimiladas pela cultura branca/ocidental encontra-se a colonialidade do poder.

Por epistemicídio entende-se o aniquilamento de culturas e saberes de povos subjugados, como os negros e indígenas no Brasil, a

negação de práticas e grupos sociais, "o processo de matar o conhecimento do outro" (PESSANHA, 2019, p.167).

A formação social brasileira é marcada por uma estrutura racista cuja base está calcada no extermínio cultural, físico e simbólico dos povos africanos, indígenas e afrodescendentes. O epistemicídio se apresenta como uma das estratégias preponderantes para a sustentação desse processo e, associado à ideologia de branqueamento, que marca a história do Brasil, é responsável por invisibilizar, ocultar e desconsiderar na educação brasileira as contribuições dos conhecimentos destes povos (CARVALHO, 2020).

A ideologia de branqueamento juntamente às políticas de imigração de europeus e posteriormente à miscigenação, consistiu e ainda consiste numa forma de desconstrução de uma sociedade de maioria não-branca, buscando o esquecimento de sua história ao incentivar o conhecimento eurocentrado, eliminando as origens e contribuições de outros povos no processo de formação do país (PEREIRA, 2019).

Entendendo que os espaços urbanos das cidades brasileiras são constituídos por diversas territorialidades caracterizadas a partir da história e trajetória sócio espacial dos grupos sociais que as formam, nesses espaços são identificadas também diferentes paisagens repletas de símbolos e significados oriundos das várias culturas que ali se desenvolvem. Dentre os sujeitos responsáveis pelas transformações do espaço e, portanto, formadores de paisagens segundo seus interesses, encontram-se os diversos grupos religiosos presentes no urbano. Nesse contexto, as religiões hegemônicas possuem grande visibilidade no urbano, o que se percebe por meio

das suas igrejas e templos, enquanto as religiões de matriz africana estão ocultas ou discretamente caracterizadas nas paisagens urbanas (BONIFÁCIO, 2017).

Ainda de acordo com as considerações de Bonifácio (2017), templos de Umbanda e Candomblé, em sua maioria, estão situados em fundos de residências e nem sempre apresentam elementos nas fachadas para sinalizar a sua existência. O que predomina e é facilmente observado nos bairros são igrejas das religiões católica e evangélica, principalmente, e quando há algum templo ligado às religiões de origem africana, esse não possui identificação ou se apresenta de forma discreta no espaço urbano. A utilização de plantas tidas como sagradas dispostas no espaço externo dos terreiros exemplifica uma forma adotada por essas religiões para demarcar sua posição na sociedade e na paisagem de forma sutil.

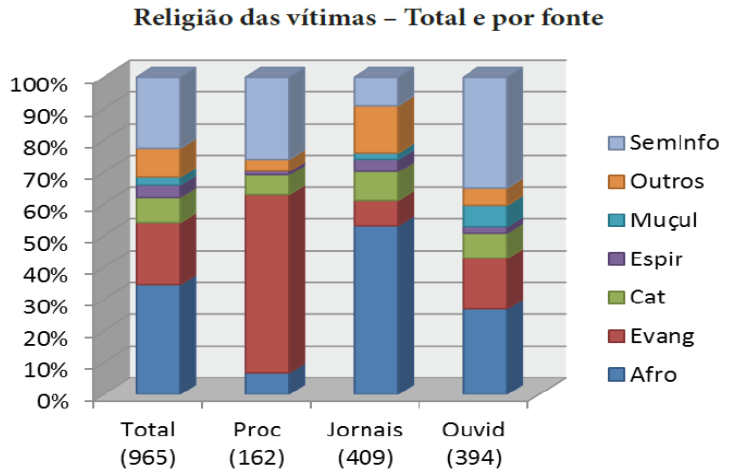
Na percepção de uma paisagem alguns elementos com expressivos significados são considerados pelas pessoas, símbolos com extensão cultural chamados de geossímbolos. São elementos reproduzidos culturalmente por uma coletividade e que representam experiências, vivências e valores desse grupo. As religiões de matriz africana utilizam geossímbolos mais comedidos para demarcar seus locais de culto, como as plantas já mencionadas e recipientes de barro (quartinhas) (STRACHULSKI, 2015).

Essa invisibilidade sofrida pelas religiões de matriz africana no espaço urbano é fruto de um processo de marginalização que remonta à colonização do Brasil, período em que a religião da monarquia portuguesa, o catolicismo, foi imposta aos negros trazidos da África e aos indígenas que já habitavam as terras brasileiras e às

suas crenças foi conferida uma posição subalternizada, lhes foi tirado o direito de manifestar livremente as suas práticas religiosas.

O Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa no Brasil (RIVIR), elaborado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República entre o final de 2015 e início de 2016, aponta que as religiões de matriz africana aparecem de forma expressiva entre os que mais sofrem violações de seus direitos no que tange à sua religiosidade. Dados do Disque 100 (canal para denunciar violação de direitos humanos), de ouvidorias, de processos de justiça e dos jornais, evidenciam que cerca de 30% das vítimas de racismo religioso no Brasil são de matriz africana, cerca de 20% evangélicas e 10% católicas. Espíritas e muçulmanos aparecem cada um com aproximadamente 5% e um conjunto de outras 15 religiões englobam outros 10%. Faltam informações acerca de 20% das vítimas. A partir das fontes dos dados, nos processos de justiça há uma presença considerável de evangélicos, principalmente adventistas, em que 45% dos processos em que foi possível identificar o autor, que é a vítima, esse era adventista. Em relação aos jornais, 53% eram pessoas de religiões de matriz africana e nas ouvidorias também aparecem em primeiro lugar, com 23% das vítimas e em segundo lugar evangélicos com 16% (Figura 2) (FONSECA, 2018).

Figura 2: Vítimas de intolerância religiosa

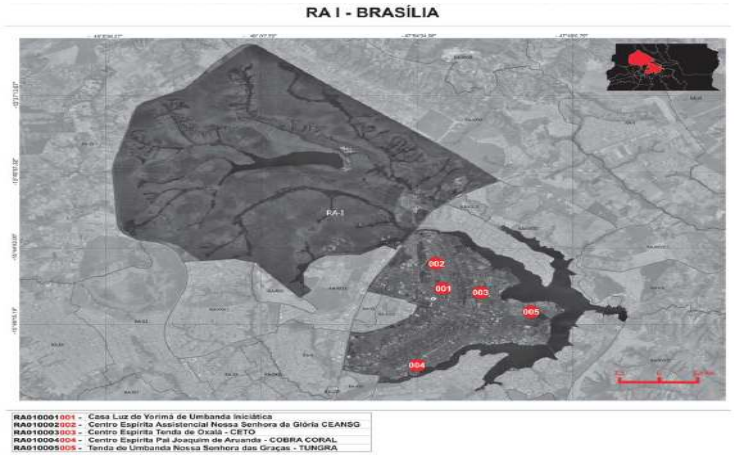


Fonte: FONSECA, 2018, p.38.

A intolerância religiosa atinge todas as crenças, entretanto a perseguição a determinadas religiões é mais intensa, como é o caso das religiões de matriz africana. Por mais que a legislação brasileira estabeleça a liberdade religiosa, exercer uma fé não é algo tão livre no Brasil. Conforme a Constituição Brasileira determina, exercer livremente sua religião é um direito de todos os cidadãos no Brasil, mas faltam condições para que as diferentes correntes religiosas possam conviver em harmonia (NOGUEIRA, 2020).

Mapeamentos que ilustram a espacialização das religiões de matriz africana nas cidades e que são uma contribuição para a geografia da religião foram realizados aqui no Brasil por universidades e centros de pesquisas, como a Universidade de Brasília que, em parceria com a Fundação Palmares, efetuou um mapeamento em 2018 (Figura 3) demarcando os terreiros localizados nas Regiões Administrativas do Distrito Federal.

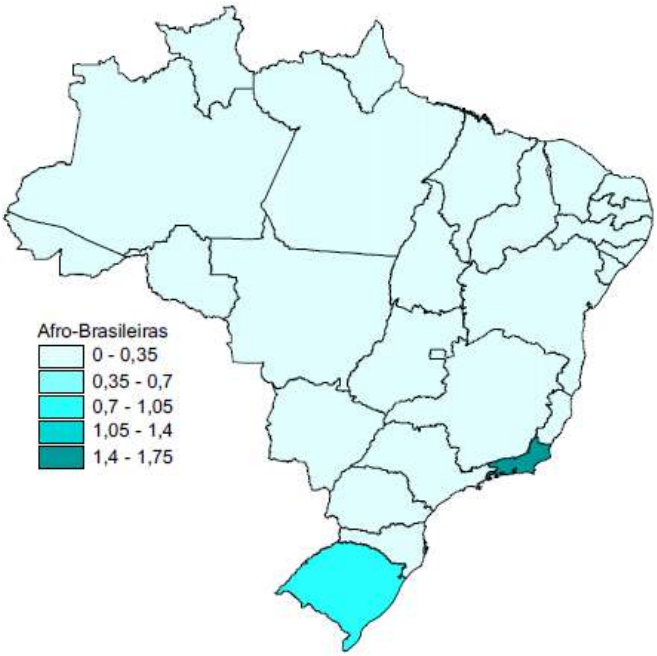
Figura 3: Mapeamento dos Terreiros do Distrito Federal, Região Administrativa I



Fonte: ANJOS, 2018, p. 77.

Os Mapas das Religiões elaborados pela Fundação Getúlio Vargas (Figura 4), com base em microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (POF IBGE) do ano de 2009, também podem ser considerados como uma importante ferramenta que ajudou na compreensão da espacialidade das religiões afro-brasileiras e permitiu mensurar a porcentagem de adeptos dessa matriz religiosa em cada estado do país no período considerado.

Figura 4: Porcentagem de adeptos de religiões afro-brasileiras – UF, POF 2009



Fonte: NERI, 2011, p. 36.

Realizar o mapeamento de terreiros ou das religiões é uma forma de tirar da inexistência espacial os territórios religiosos de matriz africana, de dar maior visibilidade a esses territórios, além de permitir identificar em quais áreas há uma presença maior dessas religiões na cidade e até mesmo no país.

Na atualidade, a presença das religiões hegemônicas na mídia (televisão e rádio) intensifica a "demonização" de outras crenças, incitando comportamentos preconceituosos, criando e propagando estereótipos característicos de racismo religioso, principalmente com relação às religiões afro-brasileiras. A tolerância dada aos afrodescendentes e a sua religião na história de formação do território brasileiro é identificada apenas quando esses assumem

valores cristãos e sua crença é transmutada em outra cultura, por meio da catequese (BEZERRA; RODRIGUES, 2016; GÓIS, 2011).

Os meios de comunicação são controlados por um grupo restrito que os utiliza para disseminar o seu conservadorismo, uma mídia parcial que prega o desrespeito e estigmatiza, sobretudo, as religiões de matriz africana.

Por mais que o Brasil seja conhecido por sua pluralidade cultural e diversidade religiosa, a intolerância a crenças e práticas ligadas a religiões não hegemônicas ainda é um grande problema no país, o que limita e até impossibilita a manifestação religiosa desses grupos e os obriga a se esconder na sociedade devido aos ataques que sofrem (SIMÕES; SERAFIM; MOURÃO, 2020).

O que se percebe é a falta de conhecimento por parte da sociedade no que tange às religiões de matriz africana, principalmente a Umbanda e os Candomblés e dos significados que essas religiões têm para os seus adeptos. Com a propagação de informações negativas sobre essas religiões, as pessoas tendem a ser cada vez mais preconceituosas e tais religiões, a fim de se preservarem e, inclusive, protegerem os seus adeptos, cada vez mais invisíveis na paisagem urbana, nas cidades.

Considerações finais

Ao analisar a trajetória de formação do pensamento geográfico percebe-se que desde a institucionalização da geografia enquanto disciplina, devido a existência de tendências que pouco valorizaram as percepções dos indivíduos, a subjetividade, a religião foi uma temática negligenciada nos estudos geográficos. Isso reforça a necessidade que as comunidades científicas têm de sempre

avaliarem as suas produções para identificar problemas e propor soluções, averiguando temáticas que muito podem contribuir para a compreensão acerca da sociedade em sua interação com o meio, como é o caso da geografia da religião.

A multiplicidade de trabalhos desenvolvidos pelos núcleos que abordam a geografia da religião no Brasil é outro fator que evidencia o peso que essa temática tem nos estudos geográficos, a espacialidade da religião enquanto questão central na geografia.

Se o objeto de estudo da geografia consiste na análise da sociedade em sua interação com o meio, a religião é um elemento preponderante por se ligar à cultura dos grupos sociais, por transformar a paisagem e deixar impressões no espaço diretamente relacionadas aos aspectos culturais de uma comunidade. Nesse contexto, como fruto do processo de formação do território brasileiro, a diversidade religiosa é um dos elementos mais marcantes do Brasil, o que é acompanhado pelo racismo religioso presente desde o período da colonização. O epistemicídio e a ideologia de branqueamento que marcam a história do Brasil são manifestações do racismo estrutural intimamente ligadas a essa invisibilidade das religiões de matriz africana na paisagem, invisibilidade que se mostra até mesmo como uma forma de proteção contra a violência desse racismo, da perseguição religiosa ainda vigente.

As religiões de matriz africana são as que mais sofrem com o preconceito das religiões hegemônicas que as segregam e marginalizam, forçando-as a se ocultarem no espaço urbano, tornando-se invisíveis na paisagem das cidades. Assim, um caminho para superar essa problemática consiste na realização de mais trabalhos que abordem essas religiões a fim de desmistificar a

imagem negativa que há tempos as religiões hegemônicas constroem em torno delas e de seus adeptos, para que sejam reconhecidas e respeitadas enquanto manifestação cultural de um povo.

Referências bibliográficas

ANJOS, R. S. A. Relatório Técnico do Mapeamento dos Terreiros do Distrito Federal – 1ª Etapa Cartografia Básica. ***Revista Tempo*** – *Técnica – Território,* UnB: Brasília, v.9, n. 1, 2018.

BARATA, F. T. Cartografia: representação do espaço e unificação do mundo. ***Caderno de Geografia***, PUC Minas: Belo Horizonte, v. 7, n. 9, p. 18-28, 1997.

BEZERRA, E. K.; RODRIGUES, F. S. **Da invisibilidade à visibilidade negativa das religiões de matriz africana na televisão brasileira.** *Interfaces Científicas- Humanas e Sociais*, Aracaju, v. 5, n. 2, p. 67-80, 2016.

BONIFÁCIO, W. V. G. A invisibilidade das religiões afro-brasileiras nas paisagens urbanas. ***Revista Produção Acadêmica***, UFT: Palmas, v. 3, n. 01, 2017.

CARVALHO, V. F. Reflexões sobre a falsa universalidade da teologia judaico-cristã: epistemicídio e a construção do "outro". In: ALVES, M. C. (Org.). **A Matriz Africana: epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas.** Porto Alegre: Rede Unida, 2020.

CLAVAL, P. O tema da religião nos estudos geográficos. ***Revista Espaço e Cultura,*** UERJ: Rio de Janeiro, n. 7, 1999.

COSTA, A. C. O poder econômico e territorial dos Jesuítas no Brasil Colônia: a organização espacial da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro nos séculos XVI ao XVIII. ***Revista Espaço e Cultura***, UERJ: Rio de Janeiro, n. 11 e 12, p. 77-82, 2001.

FONSECA, A. B. C. **Primeiras análises dos dados do Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa no Brasil (2011-2015)**. In: FONSECA, A. C. O. (Org.). *Estado Laico, Intolerância e Diversidade*

Religiosa no Brasil: pesquisas, reflexões e debates. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Cidadania, 2018.

FRANGELLI, P. A geografia da religião no Brasil: intelectuais pioneiros, propostas e metodologias de estudo. ***Revista Espaço e Cultura,*** UERJ: Rio de Janeiro, n. 31, 2012.

FREYRE, G. ***Casa Grande e Senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

GIL, A. C. ***Métodos e técnicas de pesquisa social.*** São Paulo: Atlas, 2008.

GIL FILHO, S. F.; GIL, A. H. C. F. ***Geografia da Religião:*** Estudos da Paisagem Religiosa. In: VIII Encontro Nacional Da ANPEGE – ENANPEGE, 2009, CURITIBA: ANPEGE, 2009.

GÓIS, A. J. ***O candomblé e a umbanda na cidade de Contagem, Minas Gerais:*** espaço e território, 2011. Tese (Doutorado)- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Tratamento da Informação Espacial, Belo Horizonte.

_____. As religiões de matrizes africanas: o Candomblé, seu espaço e sistema religioso. ***Revista Horizonte,*** PUC Minas: Belo Horizonte, v.11, n. 29, p. 321-352, 2013.

GONÇALVES, F. S.; OLIVEIRA, D. C. História da formação e renovação da Umbanda no Brasil: um estudo de caso no Terreiro Zambi-Iris, Bocaiúva/MG. ***Revista Desenvolvimento Social***, v. 25, n. 2, p. 111-131, 2019.

KADLUBITSKI, L.; JUNQUEIRA, S. Cultura e diversidade religiosa: diálogo necessário em busca da Fraternidade Universal. ***Revista Interações-Cultura e Comunidade,*** Uberlândia - MG, v. 5, n. 8, p. 123-139, 2010.

NERI, M. C. (Org.). **Novo mapa das religiões.** Rio de Janeiro: FGV, 2011.

NOGUEIRA, S. **Intolerância Religiosa.** São Paulo: Pólen, 2020.

OLIVEIRA, H. C. M. **Espaço e religião, sagrado e profano:** uma contribuição para a geografia da religião do movimento pentecostal. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente-SP, n. 34, v. 2, p.135-161, 2012.

OLIVEIRA, P. W. **A. Aproximações entre geografia e religião:** contribuição aos estudos em geografia da religião. *Revista Geosaberes*, UFC: Fortaleza, v. 10, n. 21, 2019.

PEREIRA, B. C. S. **Racismo religioso e ideologia do branqueamento no Brasil.** *Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros*, UFMA: São Luís, n. 4, p. 59-76, 2019.

PEREIRA, C. J. **Geografia da religião: um olhar panorâmico.** *Revista RA' E GA- O Espaço Geográfico em Análise*, UFPR: Curitiba, n. 27, 2013.

PESSANHA, E. A. M. Do epistemicídio: as estratégias de matar o conhecimento negro africano e afrodiaspórico. *PROBLEMATA: **Revista Internacional de Filosofia***, v. 10, n. 2, p. 167-194, 2019.

ROSENDAHL, Z. Geografia e Religião. **Boletim Gaúcho de Geografia,** Associação dos Geógrafos Brasileiros: Porto Alegre, n. 20, p. 96-99, 1995.

_____. Construindo a Geografia da Religião no Brasil. ***Revista Espaço e Cultura***, UERJ: Rio de Janeiro, n. 15, 2003.

_____. História, teoria e método em Geografia da Religião. ***Revista Espaço e Cultura,*** UERJ: Rio de Janeiro, n. 31, 2012.

_____. ***Uma procissão na geografia.*** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

RUFINO, L.; MIRANDA, M. S. **Racismo religioso:** política, terrorismo, trauma colonial – outras leituras sobre o problema. *PROBLEMATA: **Revista Internacional de Filosofia***, v. 10, n. 2, p. 229-242, 2019.

SANTOS, A. P. Introdução à geografia das religiões. ***Revista GEOUSP-Espaço e Tempo***, USP: São Paulo, n. 11, 2002.

SIMÕES, J. S.; SERAFIM, J. S.; MOURÃO, G. F. A vivência da fé sob o estigma na percepção de praticantes de religiões afro-brasileiras em Montes Claros. ***Revista Sacrilegens,*** UFJF: Juiz de Fora, v.17, n. 1, p. 262-275, 2020.

SOUZA, J. A. X. Religião: um tema cultural de interesse geográfico. ***Revista da Casa da Geografia de Sobral,*** Sobral-CE, v. 12, n. 1, p.69-80, 2010.

STRACHULSKI, J. A relação entre pessoas, paisagem e geossímbolos na comunidade rural Linha Criciumal, Cândido de Abreu-PR. ***Revista Geoambiente On-line***, UFG: Jataí, n. 24, p. 78-96, 2015.

TORRES, M. **A. As paisagens da memória e a identidade religiosa.** *RA'E GA: o Espaço Geográfico em Análise*, v. 27, p. 94-110, 2013.

Submetido em: 5 de janeiro de 2021.

Devolvido para revisão em: 20 de fevereiro de 2021.

Aprovado em: 24 de fevereiro de 2022.

Como citar este artigo:

OLIVEIRA. S, L. M. ALVES, R. F. Um recorte sobre a Geografia da religião e a invisibilidade das religiões de matriz africana na paisagem. **Terra Livre,** v. 1, n. 56, p. 152-181, Jan.-Jun./2021.